



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 7/2021 – Sessão Ordinária de vinte e dois de dezembro de 2021

-----Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, no auditório da Casa da Cultura de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Enéscio de Almeida Gama, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Primeira Secretária que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente Assembleia:** Manuel Enéscio de Almeida Gama (Partido Social Democrata) -----

-----**Primeira Secretária:** Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE “Independentes por Góis”);-----

-----**Segunda Secretária:** Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);-----

-----Estiveram presentes os seguintes elementos:-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves; -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldês;-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho;-----

-----Luís Virgílio de Afonso Abreu;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta.-----

-----**Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

-----José Carlos Rodrigues Garcia;-----

-----Amílcar José Barata Aleixo; -----

-----Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões;-----

-----Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----

-----**Partido Socialista:** -----

-----Ricardo José Duarte Ventura;-----

-----Nuno Pedro Tavares Nascimento.-----

-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Góis – Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----

-----União de Freguesias do Cadafaz e do Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Vila Nova do Ceira – António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----

-----**FALTAS:** Não houve. -----

-----**Câmara Municipal:** -----

-----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----

-----Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----Vereadores:-----

-----Nuno Miguel Martins Bandeira; -----

-----José Alberto Domingos Rodrigues;-----

-----Graciano Antunes Rodrigues;-----

-----Bárbara Patrícia Correia Serra.-----

-----Havendo “quórum”, foi pela Segunda Secretária efetuada a leitura da Ordem do Dia, a saber:--

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Aprovação da Ata Nº 4/2021-----

-----2. Aprovação da Ata Nº 5/2021-----

-----3. Aprovação da Ata Nº 6/2021-----

-----4. Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal-----

-----5. Apreciação de assuntos de interesse para o Município-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Eleição de representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Góis para a Comissão Municipal de Proteção Civil de Góis-----

-----2. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)/2022-----

-----3. Participação Variável no IRS/Rendimentos de 2022-----

-----4. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Taxas a praticar em 2022-----

-----5. Derrama - Ano de 2022-----

-----6. Documentos Previsionais/Ano 2022-----

-----7. Mapa de Pessoal/Ano 2022-----

-----8. Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais - Tabela de Taxas e Outras Receitas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipais - Atualização ordinária do valor das taxas municipais-----

-----**9.** Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação - Atualização ordinária do valor das taxas municipais-----

-----**10.** Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA) - Ano de 2022-----

-----**11.** Tarifa Social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos - Ano 2022-----

-----**12.** Fixação das formas de apoio às Freguesias do Concelho/Ano 2022/Proposta-----

-----**13.** LCPA/Autorização para assunção de compromissos plurianuais/Ratificação-----

-----**14.** LCPA/Autorização para assunção de compromissos plurianuais-----

-----**15.** Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----

-----**Público**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 4/2021**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº4/2021.-----

-----Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os elementos Filomena Maria de Matos Geraldês; José Ricardo Rosa de Carvalho; Dulce Maria Filipe Cruz; João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta; António Alberto Figueiredo Machado; Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira; Maria Helena Antunes Barata Moniz; Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão; Carlos da Conceição Jesus; Ricardo José Duarte Ventura e Nuno Pedro Tavares Nascimento, não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que a mesma respeita.-----

-----**2. APROVAÇÃO DA ATA Nº 5/2021**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nº5/2021.-----

-----3. APROVAÇÃO DA ATA Nº 6/2021-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que no ponto 2. Eleição de representantes da Assembleia Municipal de Góis na CIM RC/Artigo 83º Lei Nº75/2013, de 12 de setembro, deverá constar que o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu cerca de três minutos à bancada do PSD para reformulação da proposta apresentada, porquanto a mesma não estaria em conformidade com o solicitado para o efeito, sendo de todo importante que a ata faça menção a essa situação. -----

-----O senhor Presidente informou que irá ser adicionada a referida sugestão.-----

-----O senhor Nuno Miguel de Almeida Alves, questionou se a adição do referido conteúdo é importante para a compreensão do que se passou no referido ponto, questão a que o senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu afirmativamente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº5/2021.-----

-----Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo o senhor Nuno Miguel Almeida Alves não participou na votação por não ter estado presente na sessão a que a mesma respeita.-----

-----4. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que se vivendo a época natalícia a Assembleia Municipal rececionou votos de Boas Festas por parte de algumas entidades, tendo para o efeito dado conhecimento destas. De seguida, deu conhecimento da sua presença no XXV Congresso da ANMP conjuntamente com o senhor Presidente da Câmara Municipal e com o senhor Presidente da Freguesia de Alvares, em representação das Freguesias do Concelho, tendo a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, 1ª secretária da Assembleia Municipal, estado presente no concerto de Natal da FILVAR, inauguração da 5ª Varzeartes, iniciativa da Cooperativa Social e Agro - Florestal de Vila Nova do Ceira, e no jantar de Natal da União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----5. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos elementos do órgão deliberativo.-----

-----O senhor Luís Virgílio de Abreu Afonso, em nome da bancada do PSD, congratulou todos os pilotos Goianos que se destacaram ao longo do ano no desporto motorizado, Luís Pimenta, Campeão Europeu de Bajas, Gonçalo Gaspar, Campeão na Taça de Portugal de Enduro 2021 – BTT, Marcelo Bandeira, vencedor do Troféu GASGAS 2021, e Diogo Ventura por se ter consagrado Campeão Nacional Sprint Enduro 2020 e 2021; Campeão Nacional Enduro Elite Absoluto 2020 e 2021; Campeão Nacional Elite 1 2020 e 2021. De igual modo, felicitou o Góis Moto Clube pela organização do 28º Raid Paraíso Todo-o-Terreno e pelo Pai Natal Motard.-----

-----Terminou, congratulando o seu colega de bancada Nuno Miguel Almeida Alves por integrar o 9º lugar da lista de deputados à Assembleia da República, colocando Góis nos efetivos do distrito de Coimbra.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão alertou para o estado da estrada que serve o Vale do Ceira em que as valetas, em quase todo o percurso, se encontram obstruídas, com especial relevância entre a Cabreira e a Ribeira da Sandinha, pondo em risco a circulação de viaturas, porquanto o excesso de água corre para dentro da via, criando “lençóis de gelo” nos períodos mais frios do ano. Referiu que na ligação de Candosa e Colmeal o excesso de arborização inclinada para o centro da via poderá também colocar em risco a circulação pelo que seria de todo importante a limpeza da faixa de gestão neste percurso. -----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês referiu que iria apresentar um assunto motivo de preocupação do PSD, ou seja, a diminuição do número de população residente no concelho, mais concretamente diminuição da taxa de natalidade do concelho. No âmbito da análise efetuada aos Censos 2021, pela PORDATA, a população residente em Góis é de 3811 pessoas, tendo havido uma diminuição de -10,5% em relação ao ano de 2011. Neste contexto, referiu que na população jovem (0-14 anos) a taxa é de 8.3%, havendo um decréscimo de -2,7%, refletindo-se esta diminuição populacional no número de alunos que frequentam o ensino público no concelho. Presentemente frequentam o ensino público em Góis 243 alunos, do Ensino Pré-Escolar ao 3º ciclo, sendo que comparativamente ao ano de 2009 houve uma diminuição de 223 alunos. Ainda sobre esta diminuição referiu que esta se reflete no número de alunos que o Agrupamento de Escolas tem por turma, bem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como no número de turmas por ano, tendo apresentado como exemplo que no 5º ano existe somente uma turma com 11 alunos, 6º ano uma turma com 21 alunos e uma turma no 8º ano. Efetivamente trata-se de um problema nacional e não somente no nosso concelho o qual se tem vindo a agravar desde a década 60, realçando que a taxa de natalidade no ano de 1960, no nosso país, foi de 24,1%, em 2020 foi de 8,12%, e no ano de 2021, de acordo com o estudo preliminar, será 6,6%, ou seja, no ano em curso no país vão nascer menos de 80 mil crianças. No ano de 2022 não se perspectiva uma forma de reverter as referidas taxas não sendo auspicioso uma vez que os problemas conjunturais e estruturais se mantêm agravados pela pandemia em curso, tendo esta reflexos económicos, havendo uma inflação que está a aumentar significativamente, i.e., a taxa de inflação para o nosso país é de 6%, conforme dados de outros países. Referiu ter feito referência à taxa de inflação por considerar um inimigo brutal dos salários mínimos e das famílias que têm um rendimento mínimo, ou seja, um jovem casal que pense em ter um filho no ano de 2022 terá que pensar seriamente neste assunto. É um facto que temos conhecimento que este problema não se resolverá somente com incentivos locais, mas, sobretudo terá que existir uma política nacional a qual terá que desenvolver medidas em várias áreas conjuntamente com políticas locais. Terminou, referindo que, ao nível local, algumas medidas terão que ser postas em prática a fim de reverter as taxas que apresentou, pelo que questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal quais os incentivos municipais que existem para reverter as situações apontadas, nomeadamente um casal perspetivar o nascimento de um filho.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção fazendo votos para que o presente mandato seja profícuo e que todos estejamos de forma positiva para contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho. Em relação à questão colocada referiu tratar-se de um problema não só do nosso concelho, sendo esta transversal ao país, salientando que em Portugal apenas dois concelhos registaram aumento da população, Castro Marim e Braga, por força dos migrantes que fixaram residência nos referidos concelhos, sendo generalizado no resto do país. Relativamente às políticas locais para a situação exposta, referiu que podemos olhar para elas como um incentivo e não como um contributo para reverter a redução do número populacional, havendo um incentivo à natalidade que a Câmara Municipal pretende aumentar, ou seja, 1.500€ para o primeiro filho e 3.000€ para o segundo e seguintes filhos. -----

-----O senhor João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta interveio no sentido de valorizar a iniciativa solidária, denominada de “Concerto Solidário” a favor da munícipe, cuja sua habitação foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destruída por um recente incêndio, questionando qual o acompanhamento da Câmara Municipal a todo este processo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que desde a primeira hora que os serviços de Ação Social da Câmara Municipal têm acompanhado a munícipe, tendo também se solidarizado na organização do concerto, havendo também uma proposta de alteração do objeto da Conta Solidária aberta no âmbito dos incêndios do ano de 2017, pelo que foi solicitado parecer à CCDRC no sentido de se ter conhecimento se se pode utilizar a verba dessa conta para um outro fim, porquanto não se prevê a sua utilização para o fim para a qual foi criada. Referiu ainda, que foi realizada reunião com os elementos da DGUPA para que se agilizem os procedimentos relativos ao processo de obras da munícipe. -----

-----A senhora Dulce Maria Filipe Cruz, em nome do grupo do PSD, dirigiu felicitações ao senhor Presidente da Câmara Municipal e à Equipa envolvida nas diversas atividades promovidas na iniciativa “Retratos de Natal” incluindo esta um manancial de eventos como exposições, cinema, concertos, dança, artesanato, sabores tradicionais e típicos, o mercadinho de Natal como forma de incentivar o consumo no comércio local, realçando que o Natal é das crianças tendo este grupo etário sido presenteado com a casinha do Pai Natal. No que concerne ao comércio local foi contemplado com atribuição de cupões aos consumidores que façam um consumo de valor igual ao superior a 10€, decorrendo ainda o concurso das montras de Natal que envolve os estabelecimentos comerciais do concelho. Um outro concurso que envolve instituições concelhias é o concurso Eco-Pinheiros, Eco-Esperança, fazendo com que todos possam dar o seu contributo nesta época natalícia. Apresentou as suas felicitações pela iluminação de Natal colocada no centro histórico da vila de Góis, bem como nas sedes de freguesia do concelho.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que, no final de quatro décadas, o concelho mudou de partido e de pessoas para governação do concelho, provavelmente terá alterado porquanto a proposta apresentada foi a mais aliciante sendo unânime, por parte da grande maioria dos munícipes, que deveria ser o PSD a governar o destino de Góis por entenderem que seria a melhor proposta apresentada. Efetivamente todos os manifestos eleitorais contemplavam um número significativo de investimentos em várias áreas importantes para o concelho, no qual inclui o vencedor, pelo que espera que estes, ao longo do mandato, sejam implementados de forma a que haja um desenvolvimento no concelho, pelo que devemos todos apoiar as propostas que irão ser apresentadas ao longo destes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quatro anos e que se traduzem numa benesse para o concelho no sentido de o concelho sair do estado de estagnação que atualmente se encontra. Para que haja desenvolvimento uma das coisas que entende ser importante é naturalmente ter boas acessibilidades, alertando para o facto que no concelho de Vila Nova de Poiares a Associação Empresarial local anda a estabelecer contactos com algumas entidades para que sejam realizadas parcerias no sentido de se efetuar a ligação ao IP3 e à A13, através da Serra do Carvalho, sendo que estas ligações, apesar de não serem diretas a Góis, são naturalmente importantes para que o concelho possa ter mais algum progresso. Seguidamente, questionou sobre o ponto de situação do processo da Lusiaves, salientando que a sua posição em relação a este assunto é que não traz qualquer tipo de desenvolvimento ao concelho. Acrescentou que a morosidade deste processo não tem permitido que a zona do Vale da Lapa seja reflorestada, pelo que entende que terá que ser tomada uma posição no sentido de que se possa dar um destino aos terrenos desta zona. Uma outra questão é relativa à ponte existente em Vila Nova do Ceira, zona da Mata, porquanto as ligações a esta estrutura encontram-se degradadas podendo colocar em risco as viaturas que por ali circulam, pelo que é de todo importante colocar o assunto junto a competente entidade. Sobre limpezas das faixas de gestão referiu que no percurso Góis-Vila Nova de Poiares se encontra limpo, sendo que efetivamente o troço pertencente ao Município da Lousã não se encontra nas mesmas condições de limpeza devendo o respetivo Município ser chamado a atenção.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao ponto de situação do processo da Lusiaves referiu ter sido realizada reunião, na passada semana, com dois executivos da empresa, que manifestaram o interesse no investimento em Góis, desejando implementar as duas unidades, e não somente uma unidade. Em relação ao Vale da Lapa, freguesia de Vila Nova do Ceira, referiu a existência de uma questão que tem a ver com a Carta Administrativa havendo um diferendo com o Município da Lousã o qual terá que ser resolvido. Em relação à Carvalhinha, freguesia de Góis, referiu a existência de um problema relacionado com o fornecimento de água, o qual, segundo informação, já se encontra ultrapassado. Quanto às questões ambientais referiu que efetivamente se encontram solucionadas, porém, referiu ser sua pretensão o agendamento de reunião com a CCDRC para esclarecimento de algumas questões que se encontram praticamente resolvidas. Ainda sobre esta matéria referiu que se encontra agendada visita, para o dia 19.01.22, às instalações da Lusiaves na Figueira da Foz, para verificarmos, in loco, qual o tipo de unidades que se pretende instalar em Góis no sentido de podermos tomar a melhor posição. Acrescentou, que lhe foi reportado que em termos ambientais não existe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer questão contra porquanto existe muito rigor por parte das entidades que subentendem estas questões. Ainda sobre este processo referiu que lhe foi comunicado que serão criados 35 postos de trabalho.-----

-----Relativamente à limpeza das faixas de gestão no percurso Góis – Vila Nova de Poiares referiu que o Município de Góis cumpriu com o que lhe é imposto legalmente, pelo que irá tomar diligências junto do Município da Lousã para que também cumpra. Em relação à questão da ponte em Vila Nova do Ceira referiu que irá a situação ser verificada no sentido de se poderem tomar as devidas diligências.-----

-----O senhor José Ricardo Rosa de Carvalho dirigiu felicitações aos eleitos que compõe o órgão deliberativo salientando que o real interesse terá que ser sempre Góis e nunca o de qualquer força política.-----

-----Na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal felicitou a Câmara Municipal pela forma como foi celebrado o Feriado do 1º de novembro, com a iniciativa da Feira dos Santos, do Mel e da Castanha, pelo facto de ter sido muito gratificante o novo formato o qual dignificou o certame tendo elevado para um padrão de qualidade que dignifica o nome de Góis e, naturalmente, fez jus ao facto de bem recebermos. Os feirantes, artesãos e comerciantes tiveram condições para exposição dos seus produtos que orgulham os Goienses esperando que, no próximo ano, esta feira seja novamente uma marca distintiva do concelho e que receba muitos mais visitantes. Ainda sobre esta iniciativa, referiu que apesar deste mandato estar na sua fase inicial foi necessário muito empenho para colocar de pé este evento congratulando-se pela dedicação de todos quantos estiveram envolvidos na sua organização. Terminou, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal para quando é que está prevista a intervenção no troço que foi intervencionado na Av. Padre António Dinis, uma vez que é do conhecimento geral o facto de ter ocorrido nesta parte da via situações menos agradáveis, pelo que entende ser urgente a reposição do piso objeto de intervenção.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à reposição do troço na Av. Padre António Dinis, referiu ter havido uma questão quanto à jurisdição desta parte, uma vez que a mesma pertence à Infraestruturas de Portugal, sendo que na intervenção efetuada pela Câmara Municipal foi cobrada uma taxa, pelo que se prevendo essa situação para a reposição do piso, foi pela Câmara Municipal solicitada autorização a qual foi afirmativa. Nesse sentido, a Câmara Municipal procedeu a abertura de procedimento concursal para que se proceda à reposição do piso intervencionado.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que a sua intervenção é no sentido de chamar a atenção para uma situação a qual, no seu entendimento, não lhe parece ser correta. Referiu que há algum tempo a esta data a Câmara Municipal se encontra a efetuar o transporte dos alunos do Agrupamento de Escolas de Góis, para frequência do ATL no Centro Social Rocha Barros. Referiu que a gestão do ATL público é da competência da Câmara Municipal, porém, alguns encarregados de educação optaram que os seus educandos frequentem o ATL no privado, não lhe parecendo correto que seja a Autarquia, com o dinheiro do erário público, a disponibilizar o transporte regularmente, e não pontual, como o faz com outras instituições, sendo que o valor que a Câmara Municipal disponibiliza no exercício dessa ação poderá ser investido na melhoria das condições do ATL público.-

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a questão colocada pela senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz foi efetivamente abordada, duas vezes, em sede do Executivo, pelo que lhe apraz reiterar as suas palavras, ou seja, trata-se de um pequeno apoio que a Câmara Municipal cede a esta IPSS porquanto a mesma não tem viatura adequada para o transporte de crianças. Referiu ainda, que a Câmara Municipal também colabora com outro tipo de apoio a outras instituições pelo que é do seu entendimento que a disponibilidade deste serviço não irá causar prejuízo ao erário público, sendo que estamos a colaborar com uma IPSS de referência do nosso concelho.-----

-----O senhor António Alberto Figueiredo Machado agradeceu à Câmara Municipal a cedência de dois Assistentes Operacionais à Freguesia de Vila Nova do Ceira os quais são muito importantes para o exercício dos trabalhos realizados pela freguesia que preside. Referiu que, no p.p. dia 05.12.22, no âmbito da ação “Conhecer Vila Nova do Ceira” foi aberto o Parque da Monteiro-Ciclo da Truta pelo que agradeceu a colaboração da Câmara Municipal, sendo de todo importante a exploração deste no sentido de dar a conhecer, a quem nos visita, um espaço com um dos produtos endógenos do nosso território.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura iniciou a sua intervenção fazendo votos para que todos os eleitos exerçam um bom trabalho para os órgãos para os quais foram eleitos. Deu as boas vindas ao líder da bancada do PSD, Nuno Miguel Almeida Alves, realçando ter sentido a sua falta na última sessão deste órgão, face ao volume de intervenções que, no dia de hoje, estão a decorrer na bancada que lidera. Prevaleceu-se da oportunidade para agradecer o contacto feito com a bancada do PSD, apesar de não terem chegado a um consenso, apraz-lhe mencionar que ficou sensibilizado por tal facto, sendo que futuramente estão recetivos para outro tipo de negociações, realçando que a referida consulta à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua bancada deverá ser exemplo para outros elementos do PSD. -----

-----No que concerne à constituição da Assembleia de Freguesia de Góis, referiu tratar-se de um assunto de suma importância não somente para a freguesia, mas também para o concelho, salientando que, presentemente, por falta de consenso, existem ordenados em atraso, sendo de todo importante que deve este assunto ter uma solução célere. Referiu ainda, que esgotadas que estão todas as possibilidades de negociação, perspectiva-se novas eleições, pelo que de acordo com a legislação em vigor, somente poderá ocorrer novo ato eleitoral caso haja renúncia por parte de todas as forças políticas eleitas, informando que o Partido Socialista e o Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis já tomou essa mesma posição, restando apenas o Partido Social Democrata para ocorrer novo ato eleitoral, esperando que esta questão seja efetivamente solucionada.-----

-----Prosseguiu, fazendo uma retrospectiva do último mandato do PS na Câmara Municipal, sendo sua opinião que este não correu bem, o qual fez com que o resultado do PS, nas últimas eleições autárquicas, não fosse o melhor. Referiu que em matéria da Assembleia Municipal o grupo do PS irá trabalhar para reconquistar a confiança do eleitorado, estando sempre em primeiro lugar o interesse de Góis e dos Goíenses, pelo que irão estar atentos a todos os projetos que se possam traduzir benéficos para o concelho em várias áreas, como o turismo, habitação, emprego, sector empresarial, natureza, o desporto, entre outros. No âmbito do desporto referiu que a bancada do PS se solidariza com as felicitações dirigidas pela bancada do PSD a todos os jovens atletas que se destacaram, ao longo do ano em curso, nas modalidades desportivas que praticam, estranhando o silêncio da Câmara Municipal face aos resultados obtidos pelos mesmos principalmente tendo em conta os acontecimentos mais recentes, Gonçalo Gaspar, Luís Pimenta e Diogo Ventura em que todos foram campeões não tendo havido qualquer tipo de reconhecimento por parte da Câmara Municipal, tratando-se, provavelmente, de um lapso, sendo que espera que oportunamente sejam estes atletas felicitados por parte do Município de Góis. Referiu que o Município da Lousã aprovou um Voto de Reconhecimento ao jovem Diogo Ventura por se consagrar Campeão, sendo estranho quando um concelho vizinho faz este reconhecimento aos nossos e o nosso concelho não o faz.-----

-----Um outro assunto que lhe apraz fazer referência é o saneamento básico, porquanto ainda há uma parte substancial do concelho, que necessita deste investimento, sendo um assunto que, passados 20 anos, ainda se encontra na ordem do dia das prioridades do concelho, realçando que o PS foi o principal protagonista deste assunto ainda não ter a resolução que merecia. É um facto que nesta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

matéria urge fazer investimento, apesar da competência, presentemente, ser da APIN, apelando para que a Câmara Municipal pressione a empresa intermunicipal para que este assunto seja uma prioridade em alguns pontos do concelho, sendo exemplo disso Bordeiro, S. Martinho, Ponte do Sótão, entre outras localidades concelhias. Um outro assunto ao qual deve ser também dada prioridade é efetivamente o estado em que se encontram algumas estradas do concelho, também por inoperância do PS, sendo que a verba constante no orçamento para o próximo ano é sem dúvida avultada para que esta questão seja de facto solucionada. -----

-----Relativamente à dinâmica do órgão deliberativo referiu que deveriam ser criados grupos de trabalho para debate de assuntos que são importantes para a estabilidade do concelho, sendo a educação um destes, entre outros, que possam ser de igual forma importantes para o desenvolvimento do concelho.-----

-----Terminou, informando que como membro da Assembleia Municipal eleito para a Assembleia Intermunicipal da CIM RC já tomou posse, tendo nesse mesmo dia sido eleita uma nova mesa de Assembleia, e reeleito Presidente para este novo mandato, Luís Marinho. Informou ainda, da sua participação, online, no Curso de Formação Inicial para Eleitos Municipais - Módulo II - Introdução à Gestão Financeira Autárquica para membros das Assembleias Municipais.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente à proposta de criação de grupos de trabalho referiu que é sua intenção apresentar uma proposta de revisão ao Regimento da Assembleia Municipal, sendo sua intenção fazer atuar a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, a qual, pensa, que regimentalmente nunca atuou. Sendo que aquando a discussão deste assunto, ou seja, a Mesa da Assembleia Municipal com os representantes das forças políticas, pode debater o que regimentalmente está previsto que são a constituição dos grupos de trabalho.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira referiu que, de acordo com o Artigo 32º - (Ofensas à honra ou à consideração) do Regimento da Assembleia Municipal, desejava usar da palavra, tendo sido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal dada a palavra. Referiu que na sequência da intervenção em que foi proferido que não há pagamento dos ordenados dos trabalhadores da Junta de Freguesia de Góis por falta de entendimento apraz-lhe mencionar que, presentemente, a remuneração não está a ser efetuada deve-se unicamente à falta de uma assinatura na transferência de verbas da freguesia. Acrescentou que, por parte do Presidente da Freguesia e dos serviços administrativos foi tudo processado no dia 30 do mês em causa, porém, o movimento bancário obriga



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a duas assinaturas, i.e., a do Presidente e a do Tesoureiro, sendo que desde do dia 30 que não é feita a segunda assinatura, sendo este o ponto de situação. Pelo que dizer-se que não há falta de entendimento, não sabe o que fazer com a falta de entendimento. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu ao senhor Ricardo José Duarte Ventura as referências que efetuou. No entanto, referiu que na última reunião da Câmara Municipal, 14.12.21, foram reconhecidas as vitórias dos jovens atletas de Góis, reconhecimento esse que constará na Ata. Em relação ao saneamento básico referiu ser uma preocupação deste Executivo, sendo que na primeira reunião da APIN que esteve presente foi um assunto por si abordado, ou seja, das necessidades existentes em todo o concelho nesta matéria, bem como das dificuldades que temos em resolvê-las. É do conhecimento de todos a existência de um projeto nesta área, em Ponte do Sótão, o qual confronta-se com algumas dificuldades em avançar, porquanto a ETAR terá que ser construída pela ADCL. Porém, verifica-se um problema com a segurança da ponte ali existente, porquanto entendem que terá que se verificar a segurança da mesma para circulação e viaturas pesadas, realçando que o prazo de execução desta obra é até junho/2023, pois é comparticipada por fundos europeus, pelo que terá o prazo de ser cumprido, sendo estes constrangimentos objeto de sua preocupação. Ainda sobre investimentos em saneamento referiu ter sido informado pela APIN da impossibilidade de se fazer mais investimento até 2023 porquanto todos os projetos de todos os Municípios terão que estar executados até ao final do prazo no ano de 2023. Pelo que somente após o término desse mesmo prazo é que se poderão apresentar novas candidaturas na área do saneamento. É um facto motivo de nossa preocupação porquanto é do nosso conhecimento as dificuldades existentes nessa matéria em algumas localidades concelhias, pelo que se houver oportunidade através de outras alternativas em realizar esses investimentos de tudo faremos para os concretizar.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte no que concerne à colocação de placas toponímicas e respetivos números de polícia referiu que na freguesia que preside existem quatro localidades cujo o processo de atribuição de toponímicos se encontra concluído faltando apenas a execução pelo que apelou para que este processo tivesse a celeridade desejável para que os residentes não se confrontem com a não receção de correspondência e outros. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Um outro assunto que esta freguesia se tem debatido é com a saúde, comum a todas as freguesias do concelho, porém, entende que nesta freguesia o problema é bem mais grave por causa da distância existente entre esta e a sede do concelho, bem como pelo número de população residente, cerca de 700 habitantes, salientando que deste número, provavelmente, cerca de 500 se encontram fora do concelho. Um concelho limítrofe ao nosso, com as mesmas características, população, como é que consegue absorver toda a sua população e mais 500 utentes do concelho ao lado, sendo um facto que lhe custa a compreender, pelo que lhe apraz mencionar tratar-se de um mau serviço que estamos a prestar à nossa população e, conseqüentemente enfraquece o concelho, pelo que apelou ao Executivo que diligencie junto das competentes entidades para inverter esta situação.-

-----No que concerne aos órgãos autárquicos apraz-lhe mencionar que as autarquias ao longo da história do nosso país têm vindo a ganhar a sua afirmação no território, sendo um facto, nos nossos dias, que todos reconhecem que uma das grandes vitórias da revolução do 25 de abril foi a autonomia dada às autarquias. Referiu que somente foi possível porquanto as autarquias passaram a ter mais instrumentos financeiros, sendo que a partir daí cabe aos eleitos locais gerir esses mesmos recursos financeiros em prol da sua população. Referiu que se trata de uma mais valia que temos neste patamar político que representamos, salientando que no Congresso da ANMP o papel das autarquias é o de aproximar os eleitos dos eleitores e vice-versa, sendo nesta dialética democrática que se tem construído toda esta riqueza de desenvolvimento a nível do nosso país, não residindo quaisquer dúvidas que se não fossem as autarquias o que seria do interior do país. A freguesia de Alvares é o poder económico mais junto da sua população, assim como nas outras, fazendo questão de, diariamente, fortalecer esta relação, pelo que tudo o que se passa na freguesia que preside tem a ver connosco porquanto tem a ver com a gestão fundos públicos, dinheiro dos contribuintes, decisões de investimento de dinheiro público, pelo que nos interessa. Referiu ainda que na sua presidência a freguesia liderou um processo na área da saúde tendo sido investido cerca de cem mil euros na extensão de saúde de Alvares, tendo esta condições que a própria sede no concelho não dispõe, sendo que o equipamento existente quando foi adquirido era superior ao existente no Centro de Saúde de Góis, estando esta extensão apetrechada de excelentes condições. Acrescentou que é um facto que terá que falar uma vez que foram efetuadas reuniões com instituições particulares e a freguesia que preside não foi convidada para discussão de interesses públicos. É um facto que a freguesia não tem nada a ver com a gestão da Câmara Municipal, mas, quando se realizam reuniões com associações que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não gerem dinheiros públicos só tem a lamentar. Quando se fala do Projeto Condomínio da Aldeia não é mais que sua obrigação saber onde é que este se encontra implementado, contudo, seria de todo importante que a freguesia tivesse antecipadamente conhecimento onde é que estão a pensar implementar o mesmo para que quem questiona a freguesia poder responder sobre o assunto em questão e outros, pelo que não poderia deixar de manifestar a sua posição sobre o tratamento dado a alguns processos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que relativamente à questão da toponímia, no dia de hoje, procedeu à assinatura do procedimento para a aquisição das respetivas placas. Em relação à saúde efetivamente é uma questão que a todos nos preocupa não somente na freguesia de Alvares, mas em todas as freguesias e, naturalmente no concelho, sendo esta uma das nossas prioridades. Nesse sentido, referiu ter sido solicitada reunião com a senhora diretora da ARSC para que percebermos o que poderá ser melhorado nesta área no concelho, realçando que há uma possibilidade de viabilizar uma situação particular relacionada com a freguesia de Alvares, mas, que na presente data, não poderá prestar outros esclarecimentos nesta matéria. Em relação ao último assunto colocado possivelmente incide sobre a reunião realizada com as IPSS's porquanto a mesma era direcionada às mesmas, sendo que foi por esse mesmo facto que não foram convidadas as freguesias, em virtude de o investimento em questão não ser direcionado para estas autarquias, pelo que caso o fosse, naturalmente, que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares teria sido convidado. É um facto que foi convidado a estar presente na apresentação do Programa SIT-Flexi e assinatura dos protocolos e não esteve presente, não tendo sido rececionada qualquer comunicação a informar da sua não presença. É do conhecimento de todos que a Câmara Municipal tem tido a melhor colaboração com as freguesias, sendo uma situação que é para continuar sendo que também temos como princípio divulgar junto das entidades que poderão ser promotoras de projetos relativos a fundos comunitários e outros no sentido de estes poderem ser aproveitados por ser nossa intenção desenvolver o concelho e não estar a afastar ninguém, nem deixar ninguém de fora. Obviamente que as entidades que podem ser candidatas a determinados procedimentos serão convidadas, sendo esta unicamente a situação, parecendo-lhe que houve má informação não tendo sido convidada qualquer freguesia, mas, sim as entidades que poderiam candidatar-se ao procedimento em questão.-----

-----Dada a palavra, o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que no uso da palavra não se referiu à situação explanada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. Quanto ao facto de não ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estado presente na reunião do Projeto SIT-Flexi justificou a impossibilidade de estar presente junto de quem assinou o ofício.-----

-----O senhor Presidente referiu não ter sido informado da justificação apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares, pelo que apresentou as suas desculpas.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves iniciou a sua intervenção felicitando o senhor Manuel Enésio de Almeida Gama, por ter sido o candidato mais votado para a Assembleia Municipal, congratulando-se pelo facto de todas as forças políticas o elegerem como Presidente da Assembleia Municipal. Prevaleceu-se para dirigir muito sucesso ao novo Executivo, sendo que o seu sucesso será também os dos Goienses, dirigindo um voto de coragem ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apesar de lhe reconhecer as suas capacidades é um facto que todas as forças políticas vão ser, ainda mais, exigentes. Referiu estranhar que algumas freguesias, hoje, tenham uma intervenção, tão acalorada, quando há bem pouco tempo, nada diziam, resumindo-se a convites e nada puderam apontar em termos de necessidades locais, com certeza traduz-se numa articulação existente entre o município e as freguesias denominando-a de saudável e profícua a bem de todos os fregueses. Quanto aos grupos municipais referiu que são compostos por novos rostos sendo um facto que é de saudar, acreditando em novos ciclos, opinando que esses mesmos ciclos não se devem prolongar no tempo porquanto facilmente se apanham alguns truques e alguns maus vícios, pelo que quer acreditar que todos os eleitos estão aqui com a melhor das intenções e para apresentar propostas, ideias e preocupações em nome do concelho de Góis. Em relação ao público presente nesta sessão referiu estar em número significativo a par com a imprensa presente que também é importante para divulgar os acontecimentos no nosso território.-----

-----Prosseguiu, referindo que as últimas eleições autárquicas manifestaram-se como um ciclo de mudança, sendo um grito da população que se apresentou às urnas com uma taxa 73% contrariando o número de abstenção a nível nacional, pelo que em Góis, também devido ao facto de serem três forças partidárias candidatas, sendo de ressaltar a participação e todos os goienses enobrecendo os eleitos e, aumentando a responsabilidade, sendo que todos nós teremos que assumir o nosso papel dentro da sociedade. Destacou a eleição do senhor Victor Manuel Fonseca Duarte, por ter sido reeleito, pela terceira vez, pelo que é digno de reconhecimento por entender que o povo está satisfeito com o seu trabalho. Dirigiu felicitações ao senhor António Alberto Figueiredo Machado pela sua eleição como Presidente da Freguesia de Vila Nova do Ceira tendo começado o exercício das suas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

funções com “o pé direito”, por ter mostrado que é possível trabalhar sem existir maioria, haver consenso, sendo este real não sendo apenas burocrático, mas, passar para o terreno e colocar em prática aquela que é uma parceria em consensos e algumas ideias diferentes. O povo reconheceu, tendo o senhor Presidente da Freguesia, nestes dois meses de mandato, como iniciativa promover a freguesia com ação denominada “Descobrir Vila Nova do Ceira” a qual se consubstanciava na oferta de visitas guiadas, degustação e workshops a quem fizesse a sua reserva nos alojamentos locais (AL) aderentes desta freguesia, dando a oportunidade a quem nos visita de conhecer esta freguesia de forma a que também a possa divulgar. Uma outra iniciativa foi a de “Este Natal faça as suas compras em Vila Nova do Ceira” como forma a incentivar as compras no comércio de local ficando, através de um cupão, quem assim o fizesse, habilitado ao sorteio de um montante monetário. Prevaleceu-se para dirigir as suas felicitações ao senhor Carlos da Conceição Jesus por ter sido eleito para presidir à União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal, o qual pelo seu vasto conhecimento nesta matéria adquirido pelo seu trabalho, em anteriores mandatos, naturalmente se empenhará para desempenhar as suas funções em prol do desenvolvimento da sua freguesia. No entanto, referiu que o deixou surpreso e triste a forma como finalizou o ato de eleição do Executivo parecendo-lhe à sua pessoa, e não irá colocar a questão em termos legais porquanto não fez uma análise à legislação, a constituição de um Executivo com três elementos masculinos, quando há a obrigatoriedade de cumprimento da lei da paridade, porquanto as eleitas para esta freguesia abdicaram de usufruírem do que legalmente lhe é imposto, parecendo que houve eleitas a quem não foi dirigido convite para integrar esse mesmo Executivo. No que concerne à Assembleia de Freguesia de Góis que, no dia de ontem, teve um desfecho, que na sua ótica quem conhece um pouco os meandros da política não era previsto um desfecho diferente. Acrescentou que, ao contrário das palavras bonitas que, muitas vezes, se enviam nos postais natalícios ou se colocam em Atas que deve haver algum consenso, foi de alguma forma triste que o PSD soube assumir, com humildade, a sua vitória, tendo dirigido cada uma das forças políticas para integrar o Executivo, e numa forma de bloqueio aos fregueses, e sobretudo aos funcionários, como o líder da bancada do PS muito bem disse, concordando totalmente com esta preocupação e é solidário, apraz-lhe questionar onde é que está o Executivo de gestão, neste caso com elementos do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, sendo que realmente deveriam estar com Góis e preocupados com quem trabalha e desejava ter a sua remuneração a tempo e horas, e que gostava de ver a questão da Freguesia de Góis resolvida.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Terminou, felicitando, o investimento feito no Pavilhão Gimnodesportivo ao nível de aquisição de equipamento, bem como pela início do projeto SIT-Flexi. De seguida, questionou qual o ponto de situação da empreitada do Largo da Cabreira, na União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal, bem como dos projetos vencedores do Orçamento Participativo, o qual foi uma bandeira do PSD nas últimas eleições, sendo que no passado Mandato foram apresentadas algumas propostas, tendo sido efetivamente uma realidade. No entanto, trata-se de um programa que, nos últimos dois anos, não foi bem gerido, sendo que os dois projetos vencedores ainda não se encontram implementados.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que no que concerne à empreitada do Largo da Cabreira, União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal, as obras iniciaram-se, porém, após solicitação da Comissão de Melhoramentos as mesmas pararam no sentido de se retirarem as árvores de grande porte ali existentes de forma a não pôr em perigo pessoas e bens, pelo que os trabalhos retomarão no mês de janeiro de 2022. Em relação ao Orçamento Participativo informou que o assunto consta no Relatório da Atividade Financeira constando do documento toda a informação relacionada com os vários procedimentos. Em relação aos Mupis a empresa comunicou que por falta de pessoal somente no mês de janeiro é que se procederá à sua colocação, bem como o material para as praias fluviais o qual já foi adquirido, mas, somente será colocado no início da época balnear. No que concerne à piscina da Praia Fluvial de Canaveias informou que foi aberto procedimento concursal, e quanto ao Parque de Autocaravanas o procedimento ainda não foi iniciado porquanto encontram-se a ser tomadas algumas diligências.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que, de acordo com o Artigo 32º - (Ofensas à honra ou à consideração) do Regimento da Assembleia Municipal, desejaria usar da palavra, tendo sido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal dada a palavra. Dirigiu-se ao senhor Nuno Miguel de Almeida Alves apelando a que não fique preocupado com o Executivo na União de Freguesias. Porém, apraz-lhe referir que as pessoas integram as listas candidatas de livre e espontânea vontade, sendo que em qualquer altura temos o direito de renunciar para o lugar para o qual fomos eleitos. Referiu que, desde a primeira hora, cumpriu com a lei da paridade desde a composição da lista candidata à autarquia, sendo que houve uma pessoa, do sexo feminino, que informou que caso fosse eleita não desejaria integrar o Executivo da Freguesia, tendo ocorrido a votação comum a todas as forças políticas eleitas, sendo que não houve qualquer tipo de ilegalidade. Contudo, percebe a intenção das palavras proferidas pelo senhor Nuno Miguel Almeida Alves, estando consciente que cumpriu a legalidade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sendo que a escolha do Executivo recaiu em pessoas que entende que deveriam constituir uma Equipa com mais conhecimentos de modo a trabalhar dinamicamente no sentido de resolução de alguns problemas, pelo que na Pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal e Vice-Presidente agradeceu a disponibilidade para a resolução desse mesmo problema, não sendo com uma outra pessoa na sua Equipa que a resolução de problemas fosse mais célere.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE GÓIS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE GÓIS**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, segundo a alínea i), do artigo 41º da Lei nº 27/2006, de 3 de julho, na sua redação atual, deverá ser nomeado um representante das juntas de freguesia do Concelho de Góis para a Comissão Municipal de Proteção Civil de Góis, a designar pela Assembleia Municipal. Face ao exposto, questionou os elementos das bancadas do órgão deliberativo se desejavam apresentar alguma proposta para eleição do representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Góis para a Comissão Municipal de Proteção Civil de Góis.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, apresentou o senhor Carlos da Conceição Jesus, Presidente da União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves, em nome do Partido Social Democrata, apresentou o senhor António Alberto Figueiredo Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira.-

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus usou da palavra referindo não concordar com parte do conteúdo da referida legislação, nomeadamente no que concerne à constituição da referida Comissão em virtude de entender que deveriam integrar a mesma todos os Presidentes da Juntas de Freguesia em virtude de serem as pessoas que melhor conhecem o seu território e que melhor saberão atuar em caso de uma calamidade. Fez ainda referência a que a legislação prevê a constituição das unidades locais, ou seja, as comissões municipais de proteção civil podem determinar a existência de unidades locais de proteção civil, a respetiva constituição e tarefas, e devem corresponder ao território das freguesias e serão obrigatoriamente presididas pelo presidente da junta de freguesia, sendo esta unidade local caso seja constituída, objeto de sua preocupação devido a tudo o que envolve nomeadamente meios para se poderem efetuar os trabalhos afetos a esta matéria.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta apresentada pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis será denominada por Lista A, e a proposta apresentada pelo Partido Social Democrata será denominada por Lista B. -----

-----Informou que a votação será por escrutínio secreto, tendo feito a chamada para o ato de votação.-----

-----Após contagem do votos, o senhor Presidente informou que a Lista A foi votada com dez votos e a Lista B com nove votos, pelo que foi eleito o senhor Carlos da Conceição Jesus, Presidente da União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal, em representação das Freguesias do Concelho para integrar Comissão Municipal de Proteção Civil de Góis.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

-----2. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)/2022-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à aplicação da taxa municipal de direitos de passagem de 0,25% para o ano de 2022.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----3. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/RENDIMENTOS DE 2022-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável em prescindir de 2,5% da totalidade (5%) da participação variável no IRS para os rendimentos de 2022.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----4. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – TAXAS A PRATICAR EM 2022-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves destacou a percentagem significativa que este imposto municipal naquele que será o Orçamento/2022, salientando algumas das preocupações por parte dos Vereadores que usaram da palavra aquando a discussão do assunto em sede do Executivo, levando-o a concluir que o Município de Góis peca, sobretudo, por falta de estratégia ao nível da habitação. Neste sentido, referiu que é propósito da bancada do PSD pensar-se numa política efetiva de habitação que permita majorar as habitações desabitadas, em estado de degradação e/ou em ruínas, para que possa existir uma política de investimento nesses mesmos imóveis que permita a venda ou arrendamento a jovens casais permitindo a sua fixação no concelho para que a taxa de natalidade possa de certa forma aumentar, uma vez que na sua ótica a habitabilidade é transversal à natalidade, emprego, saúde. Pelo que o PSD entende ser uma medida positiva a manutenção das taxas referentes ao referido imposto, considerando que futuramente deve existir um plano estratégico onde estejam bem identificados os imóveis que possam ser objeto de intervenção no sentido de poderem ser arrendados ou vendidos, tendo dado como exemplo o centro histórico da vila.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que no que concerne ao pagamento de impostos é posição comum do ser humano que quanto menos se pagar melhor. Porém, referiu que entende que deve o contribuinte proceder ao pagamento desses impostos municipais por forma a que o montante arrecado possa ser utilizado em investimentos necessários, nomeadamente ao nível de apoio aos mais desfavorecidos. Efetivamente a taxação deste imposto não pode baixar significativamente porquanto se o Município de Góis não arrecadar verba não poderá progredir através de investimentos necessários ao seu progresso. Quanto aos imóveis devolutos entende que deveria ser feito um levantamento dos mesmos para que os seus proprietários sejam contactados de forma a que efetuem obra ou venda dos mesmos, sendo que caso não se verifique essa solução deve a Câmara Municipal ter como procedimento o aumento da taxa municipal ou tomar um outro procedimento nomeadamente a aquisição do mesmo ou proceder à sua requalificação mediante posterior pagamento dos seus proprietários. -----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte no que concerne aos imóveis devolutos fez referência à intervenção do senhor Vereador do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis a qual teve recetividade por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal conforme consta em Ata, registando também essa mesma intervenção, porquanto se trata de um problema que se verifica nas nossas aldeias, sendo que cada vez mais onera os cofres da Câmara Municipal pelo facto de, em última

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instância, tem sido a Câmara Municipal que tem assumido a segurança destes imóveis, através da sua demolição e/ou outros trabalhos nesses mesmos prédios devolutos, pelo que regista com agrado a abertura do Executivo para resolução dessas situações.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre o assunto em questão.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este assunto em sede do Executivo teve diversas abordagens naquele que é o seu conteúdo, tratando-se de um instrumento fiscal que os municípios podem dispor, sendo que nos prédios rústicos esta taxa é fixa podendo efetivamente variar ao nível dos prédios urbanos, tomando os municípios uma opção política em função das reduções que desejam fazer, o que, normalmente, servem como bandeira para atrair novos residentes. Quanto à questão dos prédios urbanos, devolutos, degradados, em ruínas, referiu que em territórios como o nosso são uma realidade, e cada vez mais se verifica essa mesma situação, sendo que muitas vezes esses mesmos prédios pertencem a heranças indivisas em que os herdeiros não conseguem dar um rumo aos prédios, ou, tratam-se de prédios que ao longo do tempo foram abandonados sendo difícil a localização dos herdeiros. Pelo que quando se opta por majorar a taxa do IMI para esse tipo de imóveis com intenção de arrecadar receita, muitas vezes o que acontece é que se arranja dívida e não receita. Em relação à questão da habitação, em a Câmara Municipal ter algumas iniciativas nesse sector referiu que já foram algumas tomadas porquanto existem alguns procedimentos que nos permitem candidatar a fundos comunitários, contudo, têm de ter uma estratégia local de habitação que o Município de Góis não tem. Contudo, referiu ter sido contratualizada uma empresa que irá definir a estratégia local de habitação para que futuramente possamos definir os caminhos que queremos trilhar, em virtude de essa mesma estratégia permitir analisar o património urbano do concelho de Góis, sendo que a partir deste ponto, em termos políticos, são tomadas as decisões para que possamos nos candidatar a procedimentos nesta área. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à manutenção para o ano de 2022 das taxas praticadas em 2021, ou seja: Taxa de IMI dos Prédios rústicos: 0,8%, e, taxa de IMI dos Prédios urbanos: 0,33%. Deliberado, por unanimidade, que nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixar uma redução da taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes que nos termos previstos no nº 13 do CIRS, compõe o agregado familiar a 31 de dezembro, nos seguintes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos: redução de 20,00 € quando o agregado familiar tenha um dependente a cargo; 40,00 € quando o agregado familiar tenha dois dependentes a cargo e 70,00 € quando o agregado familiar tenha três ou mais dependentes a cargo.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----5. DERRAMA - ANO DE 2022-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao não lançamento de derrama para o ano de 2022.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----6. DOCUMENTOS PREVISIONAIS/ANO 2022-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----O senhor Amílcar José Barata Aleixo fez referência à sentença que foi proferida decisão favorável ao Município de Góis em primeira instância respeitante à ação administrativa relativa ao incumprimento por parte do Município de Pampilhosa da Serra do Protocolo de Divisão de Energia Eólica Produzida nos limites dos concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra, questionando qual montante envolvido neste processo. Referiu que no documento em apreço é feita referência às oportunidades e às ameaças, sendo que as oportunidades, na sua maioria, estão ligadas ao turismo e à natureza, tendo realçado algumas destas na área florestal e outras, sendo que ao nível das ameaças destacou o envelhecimento populacional, a falta de acessibilidades, sendo estas um facto que nos acompanha ao longo de muitos anos a esta parte. Referiu que um dos programas que anda muito em vogue é o PRGP - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem, nomeadamente na Serra da Lousã e Açor, sendo objetivo a redução da área de pinheiro bravo e eucalipto de 73% para 5,8%, ou seja, passa de 85 mil hectares para cerca de 6 a 7 mil hectares. Provavelmente, se este programa for colocado em prática iremos arrecadar alguma verba para alcatroar a Serra da Lousã e a Serra do Açor, uma vez que se prevê a inexistência de incêndios, porém, também não haverá habitantes. A ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verdade o que se prevê, salientando ser do seu conhecimento a realização e reunião, sobre este assunto, em Góis, a 03.11.21, e em Coimbra a 22.11.21, havendo alguns artigos publicados nesta matéria, esperando que se este programa for em frente que a Câmara Municipal juntamente com os produtores florestais do concelho se una nesta frente ao Ministério do Ambiente porquanto esta medida é acabar com o interior. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre as questões colocadas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto relativo à ação judicial com o Município de Pampilhosa da Serra referiu que o documento explana a situação a qual o Município de Góis ganhou a ação na primeira instância, estando a decorrer o prazo para apresentação de recurso, sendo o montante envolvido de cerca de quatrocentos mil euros. Relativamente às referências feitas correspondem à análise swat constante no documento sendo este um instrumento o qual designa os pontos fortes e fracos do concelho no contexto interno, e as oportunidades e ameaças no que concerne ao contexto externo, sendo um documento de referência onde são elencadas diversas situações que poderão justificar determinadas opções. Em relação ao PRGP, referiu não ter informação suficiente para poder emitir qualquer esclarecimento, salientando que a reunião realizada em Góis teve como objeto a Área Integrada de Gestão de Paisagem (AIGP) da Freguesia de Alvares, não tendo a ver com o assunto explanado na intervenção. -----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu ter sido pela primeira vez que procedeu a uma análise aprofundada aos Documentos Previsionais da Câmara Municipal, naturalmente, por ser pela primeira vez que integra o órgão deliberativo, congratulando o Executivo pela elaboração do documento, cuja matéria patente neste se encontra explícita e de fácil leitura. Prevaleceu-se para dirigir felicitações na Pessoa da Dr.ª Liliana Serra a toda a Equipa que contribuiu na composição do documento. -----

-----Referiu ser posição do Grupo Municipal do PS que se trata de um documento bem instruído com propostas transversais a todas as forças políticas, porquanto constavam em todos os manifestos eleitorais, havendo alguns investimentos que transitaram dos Documentos Previsionais/2021, assim, como um valor significativo, em termos de verba, que, infelizmente, também transitou do orçamento anterior, o qual poderia ter sido objeto de investimento, sendo na sua ótica que, talvez, esse mesmo investimento tivesse ajudado o resultado que o PS obteve nas últimas eleições autárquicas. Pelo que,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devido ao pouco tempo desde a tomada de posse do novo Executivo, aprez-lhe referir que, na sua generalidade, concorda com o documento apresentado. Naturalmente, referiu que se fosse o PS a apresentar os Documentos Previsionais/Ano 2022 o faria de uma forma diferente. Referiu que o presente documento dá bastante enfoque à obra física, no entanto, entende que existem poucas políticas dirigidas à população, tendo dado como exemplo a área da educação, em que no documento está previsto duas grandes obras a requalificação da EB1 de Vila Nova do Ceira e Jardim de Infância e a Beneficiação da EB1 de Góis, porém, não existem medidas para melhorar a área educacional no nosso concelho. Referiu ainda, que o documento não prevê alteração ao valor a compartilhar relativo ao inventivo à natalidade, o que seria importante que o valor a atribuir fosse superior. É um facto, a inexistência de políticas direccionadas para a 3ª idade, para o tecido empresarial, para a captação de novas empresas, incentivos à habitação jovem, bem como ausência do Plano de Recuperação e Resiliência achando que se trata de uma medida significativa para os concelhos do interior do país. Mais referiu que o PS lamenta o empréstimo que terá que ser contratualizado para as obras necessárias nas vias rodoviárias, sendo que a par com as vias elencadas no documento em apreço, existem outras que também necessitam de ser intervencionadas como a de acesso à aldeia da Pena, Linteiro e Bordeiro. Relativamente à área do turismo referiu considerar que o montante de sessenta mil euros é insuficiente, entendendo que deveria existir mais investimento em projetos na área do turismo face aos existentes. No que concerne aos projetos existentes em matéria de aproveitamento de recursos fluviais questionou a possibilidade de existir algum aproveitamento turístico nas obras que serão realizadas no âmbito do Fundo Norueguês com enfoque no rio Ceira. Salientou, a urgência na resolução da revisão ao PDM porquanto deveremos ser dos poucos municípios em que este assunto ainda não se encontra resolvido, apesar de reconhecer a existência de PDM's de outros municípios que com a revisão realizada ficaram bem piores do que o PDM em vigor do Município de Góis. No âmbito da Proteção Civil e Luta Contra Incêndios referiu que o documento apresenta um montante na ordem dos 252.550€ tendo este programa sofrido um aumento, em cerca de 236% comparativamente ao orçamento inicial do ano de 2021, sendo que pela explicação no parcelar da Ata o valor diz respeito à limpeza das faixas de gestão combustível, pelo que entendendo que este procedimento deveria ser realizado anualmente, solicitou esclarecimentos nesta matéria. -----

-----Relativamente às GOP salientou um aumento de 82% face ao valor no ano de 2021 demonstrando alguma ambição por parte do Executivo nomeadamente no que concerne ao Plano

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Plurianual de Investimentos, sendo que neste Plano é visível investimento em infraestruturas em zonas industriais previsto para o ano de 2024, questionando que tipo de infraestruturas é que são contempladas neste investimento, ou seja, se se tratam de infraestruturas ligadas a saneamento, águas, eletricidade, ou, se se tratam de estruturas físicas como Pavilhões. Ainda sobre o PPI fez referência à implementação do Parque de lazer da Selada/Cortes e à construção da circular externa por entender que se trata de um período temporal demasiado extenso para a sua concretização, por reconhecer que o primeiro investimento deveria ser uma prioridade, nesta freguesia, para o próximo ano, uma vez que já existe um projeto, podendo haver algum tipo de financiamento comunitário. Apesar dos seus considerandos referiu reconhecer que daria para englobar todas as obras que englobou e muitas outras, sendo que na sua maioria algumas destas transitaram no orçamento do ano anterior, as quais considera de grande valor, entendendo a dificuldade que poderá existir em termos de execução das mesmas, percebendo que houve pouco tempo disponível para uma melhor preparação do Orçamento, pelo que o PS não criará qualquer entrave à aprovação deste do documento.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte iniciou a sua intervenção referindo que aquando do uso da palavra no ponto de Assuntos de Interesse para o Município não fez referência SIT-Flexi, pelo que se prevaleceu para apresentar publicamente um agradecimento a este projeto, sendo que apesar do curto tempo do mandato em curso o Executivo transformou um projeto existente, porém, não servia toda a população, pelo que bem assessorado tecnicamente pela trabalhadora da Câmara Municipal e bem decidido politicamente o projeto reúne condições para servir a população, designadamente na freguesia de Alvares pelo que na Pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu ao Executivo e à Câmara Municipal por este salto qualitativo que se deu neste projeto.-----

-----Relativamente aos Documentos Previsionais referiu ser um documento estruturante para o próximo ano, estando bem explanado ao nível de todas as matérias que nele constam, pelo que todos constamos aquilo que o Executivo entende desenvolver no ano de 2022. Referiu que os projetos apresentados têm um montante que se entendeu ser o suficiente para a sua concretização pelo que entende que haja vontade política para trabalhar os projetos patentes no documento, pelo que da parte da freguesia de Alvares o Executivo terá sempre todo o apoio. No âmbito do projeto vencedor do Orçamento Participativo Jovem 2021 a Câmara Municipal irá proceder à colocação de dois Mupis,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma na freguesia de Góis e outro na freguesia de Vila Nova do Ceira, pelo que sugeriu que seria também importante a colocação deste equipamento ser extensiva à freguesia de Alvares e à União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal. Um outro assunto patente no documento é a beneficiação e requalificação da rede viária do concelho, sendo do conhecimento geral a necessidade existente nas elencadas no documento, porém, apraz-lhe acrescentar à referida listagem uma situação na rede viária de Amioso Cimeiro, freguesia de Alvares, tendo já tido oportunidade de transmitir o estado em que se encontra esta via ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Contudo, desejaria manifestar também a sua posição relativamente à questão de Amioso Cimeiro porquanto esta localidade vive um drama há muitos anos a esta data entendendo que também os arruamentos desta aldeia devem ser intervencionados no próximo ano. No que concerne ao PDM referiu que desejaria ter conhecimento se será no ano de 2022 que a revisão ficará concluída, realçando ser um instrumento fundamental para o ordenamento do nosso território o qual já se prolonga no tempo há bastante tempo, pelo que existe a preocupação de que se é, finalmente, no próximo ano, que o documento irá ser objeto de aprovação o qual é de suma importância para a gestão do nosso território. É um facto estar sempre na ordem do dia a necessidade das acessibilidades com o exterior, por se considerar que a EN342 é uma via estruturante e fundamental para o nosso concelho. Porém, também lhe apraz fazer menção à EN2 a qual tem um troço entre a Portela do Vento e Alvares, o qual já tem uma longa idade, sendo do conhecimento geral que a jurisdição deste é da Infraestruturas de Portugal, mas, também não tem havido até aos nossos dias empenho da Câmara Municipal em pressionar a competente entidade para que este troço seja objeto de requalificação. Referiu serem 10 km que podem facilmente ser transformados em cerca de 6/7 km, melhorando significativamente a ligação da freguesia permitindo um melhor desenvolvimento à freguesia. Recordou que ao longo da EN2 funcionam 5 estabelecimentos comerciais, sendo que em condições normais, no inverno, e ao domingo, poderão estar cerca de 200 pessoas a almoçar nesta freguesia. Pelo que entende ser esta via estruturante sendo a porta de entrada/saída para a zona sul do concelho, com ligação aos IP's, IC's, A13, A1, A23, sendo efetivamente uma via estruturante no concelho sendo seu desejo que o assunto colocado fosse discutido com as competentes entidades para que seja alvo de requalificação.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre as questões apresentadas.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que na sequência da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção do senhor Ricardo José Duarte Ventura quando mencionou não existir uma verba disponível no Orçamento, ou seja, a verba que está alocada, informou que há um saldo que irá transitar para o ano de 2022 pretende reforçar algumas rubricas com o saldo que transita precisamente para se fazer investimento nessa área. Em relação ao aumento ao incentivo à natalidade tal como referiu o Regulamento irá ser alterado sendo o montante de 1.500,00€ para o primeiro filho e 3.000,00€ para os seguintes. Quanto ao PRR referiu que o Orçamento contempla algumas candidaturas no âmbito deste Programa, tendo dado conhecimento destas. Relativamente à questão da revisão ao PDM informou que segundo comunicação da empresa responsável os trabalhos em curso irão ser finalizados no início de janeiro, no entanto, a consulta às entidades externas, eventualmente, irá se prolongar para além do prazo. Pelo que teremos que tomar os procedimentos para que o prazo seja prorrogado para que a concretização da revisão ao PDM seja efetiva e que entre em vigor por ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento do nosso concelho. No que concerne ao aumento na rubrica da Proteção Civil e Luta Contra Incêndios referiu que houve um aumento resultante da monitorização da necessidade de intervenção na limpeza das faixas de gestão no nosso concelho, sendo intenção da Câmara Municipal a aquisição de um equipamento que irá permitir fazer outro tipo de investimentos e diminuir gastos nesta área. Em relação à questão das zonas industriais referiu que o Orçamento é plurianual, ou seja, há intenção de efetuar investimento num período de quatro anos, sendo um quadro existente que é indicativo podendo ser alterado de ano para ano. Havendo intenção de criar uma zona industrial pelo que a infraestruturização da zona industrial terá que ser o primeiro trabalho inerente a essa construção. Quanto ao Parque da Selada/Cortes referiu que existe dificuldade em concretização de alguns projetos, porém, na sequência de reunião com o senhor Secretário Executivo da CIMRC foi facultado o projeto que se pretende implementar para que no âmbito de alguns procedimentos existentes possa haver a possibilidade de se apresentar uma candidatura, não tendo presentemente ainda uma resposta. Ainda na localidade de Cortes, referiu que a circular externa ainda está pendente por causa da regularização de aquisição de alguns terrenos, porém, é intenção da Câmara Municipal concretizar este investimento.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor Victor Manuel Fonseca Duarte mencionou que os Mupis que irão ser implementados são os que foram contemplados no projeto vencedor do Orçamento Participativo Jovem, porém referiu que não ficará de fora a proposta de a freguesia de Alvares vir a ser contemplada porquanto é um equipamento em termos turísticos muito informativo e benéfico para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

promoção do concelho. Em relação à EN2 referiu ter algumas dúvidas que o troço mencionado possa vir a ser requalificado pelo próprio trajeto da via e também por uma questão turística, em virtude da Associação da Rota da EN2 permitir fazer algum tipo de intervenções, pelo que em sede própria poderá a questão ser abordada. -----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves referiu que não poderá deixar de destacar a postura de liderança diferente, desejando acreditar que todos os técnicos internos e externos do Município de Góis constatarem esse mesmo facto. Ainda sobre as suas palavras referiu que estas se consubstanciam naquilo que foi proferido pelo senhor Presidente aquando usou da palavra relativamente ao cumprimento de prazos estabelecidos pela CIM RC para apresentação de candidaturas que encorajou os Técnicos para que o trabalho fosse realizado de forma a serem cumpridos os prazos, ao invés do que assistimos ao longo de muito tempo a esta data, em que se apontava o dedo aliando desta forma, a sua culpa. Pelo que elogiou o senhor Presidente da Câmara Municipal pela sua postura de liderança, salientando a menção feita por todo o Executivo à Dr.ª Liliana Serra na elaboração do documento, crendo acreditar que será transversal a todos uma nova postura, uma nova integração na qual todos são ouvidos, sendo que esse mesmo facto se traduz em resultados para o Município de Góis ganhando naturalmente com esta posição os Goienenses e que nos visita.-----

-----Prosseguiu referindo que o Orçamento para o ano de 2022 contempla um valor de 10.573,00€, o qual é superior em 10% ao orçamento inicial de 2021. Na questão relativa às receitas referiu que no ponto Rendimentos de Propriedade o qual integra a situação relativa ao Protocolo existente como o Município de Góis e de Pampilhosa da Serra relativamente ao Parque Eólico parecendo que este processo caminha a bom ritmo para que o estabelecido no protocolo seja cumprido. Ainda sobre a Parques eólicos referiu a importância de resolução dos limites entre o Município de Góis e o da Lousã porquanto também já foi, por várias vezes, falada a questão do Parque Eólico instalado no limite destes dois concelhos, sendo de todo importante que este assunto seja devidamente tratado por forma a se ter conhecimento se o Município de Góis possa ser também ressarcido de algum montante.-----

-----Relativamente à despesa referiu que se deve ter a noção que 36% do Orçamento é direcionado para despesas com o Pessoal, 31% direcionado ao investimento, 19% para aquisição de bens e serviços, e termina com transferências correntes/capital, subsídios a conceder, e por fim as despesas com dívida. Quanto às despesas com o Pessoal referiu ser sempre difícil analisarmos um orçamento e dizer que não olharmos para as Pessoas quando efetivamente a Câmara Municipal tem um encargo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

significativo com Pessoas, realçando que o Executivo do PSD em nada se alheou aos anteriores continuando focado em manter uma rubrica tão significativa com Pessoas, havendo muitas famílias envolvidas naquela que é entidade que mais empregadora do concelho. Sobre os investimentos patentes no documento destacou a coragem do Executivo que apesar de ser um partido diferente não abandonou os projetos anteriores, ressaltando todos os projetos de continuidade apresentado pelo Executivo, na sua maioria financiados através de fundos comunitários e outros, sendo proposta do grupo municipal do PSD a proposta de um Gabinete especializado na elaboração de candidaturas. Acrescentou que o Orçamento contempla 3.270.000,00€ para investimento pelo que é necessário financiamento externo para podermos concretizar obras estruturantes. Destacou ainda, quando o orçamento plasma que é pretensão da Câmara Municipal a aquisição de mais viaturas e equipamentos para uso dos serviços externos, porquanto se apercebe que os serviços externos estariam um pouco esquecidos, pelo que ao adquirir-se maquinaria adequado para o exercício das funções do Pessoal afeto aos serviços externos consequentemente todos estes serviços melhorarão. -----

-----Terminou, congratulando-se pelas palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal quando mencionou na sua intervenção, em sede do Executivo as seguintes palavras *“os Documentos Previsionais também se pretendem traduzir num conjunto de intenções, sendo que é nossa intenção a apresentação de propostas em prol do concelho de Góis no sentido de criar condições para fixação de empresas e fixação de pessoas, pelo que tudo faremos para que sejam criadas operações de loteamento municipais”*, ou seja, há aqui, ao contrário do que se disse, tentativa e aposta na questão da fixação. É um facto quer não podemos ter pessoas sem emprego e, por isso, é tão importante a questão das empresas, não podemos ter trabalhadores a residirem se não tivermos a questão da habitação, pelo que lhe apraz destacar estes projetos tão bem delineados por vós para o nosso concelho, que, obviamente, não serão todos realizados em 2022, mas, com certeza, estaremos a traçar um percurso mais feliz e concretizador para todos nós. Destacou ainda as intervenções dos senhores Vereadores realçando ser com bastante prazer a ponte de Cortecega, o Parque da Monteiro – Ciclo da Truta terem sido eleitos como prioridade, sendo que os projetos apresentados pelo PSD às autarquias traziam explícitas essas mesmas propostas. Prevaleceu-se para agradecer aos senhores Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis o voto de confiança na votação do presente documento. Renovou as suas palavras no que concerne a que alguns projetos pertencem a anteriores anos, contudo, por terem sido considerados prioritários para o concelho foram novamente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contemplados nos documentos em apreço, considerando que estas verbas não se podem perder para o nosso concelho pelo que lhe apraz destacar esta aprovação. Referiu que estranha a posição tomada pelo senhor Vereador do PS por entender que quase se demitiu do PS de há três meses a esta data, tendo sido o senhor Vereador do PS, no anterior Mandato, Vice-Presidente da Câmara Municipal, pelo que quando, na sua intervenção, destacou a não aposta no turismo, não percebendo a referida expressão, quando presentemente ao nível de acessibilidades foram elencadas muitas destas para serem requalificadas e/ou beneficiadas, iniciativas promovidas para atrair mais visitantes a Góis, sendo difícil perceber que não há aposta no turismo. Ainda nesta matéria referiu ter-se também falado no Mercado Municipal, mencionando serem rubricas as quais, no Mandato anterior, já se prolongavam no tempo, pelo que seria de bom tom que o PS estivesse ao lado deste Executivo para concretização dos projetos que também o PS os teve como prioritários sendo que somente juntos é que podemos concretizar os investimentos constantes no documento ambicioso, mas, com certeza, será concretizado, com sucesso e com o apoio de todos e com grande empenho do Executivo.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu estarmos perante um documento o qual explana os investimentos que o Executivo entendeu serem prioritários para o próximo ano, mencionando que alguns dos projetos patentes no documento já foram contemplados em anos anteriores, pelo que espera que de facto se concretizem, para que não possamos, nos próximos anos, voltar a falar da sua não concretização. Questionou se a requalificação do Jardim de Infância e da EB1 de Vila Nova do Ceira será uma realizada no próximo ano, ou se este investimento integrará novamente o orçamento de 2023. Quanto à questão da beneficiação/requalificação de alguns arruamentos no concelho questionou se também serão concretizados, ou se também não passarão de intenções. Quanto às zonas industriais, referiu ser sua posição que uma zona industrial deverá ser instalada somente numa zona, sendo uma realidade no nosso concelho que existem três zonas industriais no concelho, reconhecendo a necessidade da existência na freguesia de Alvares, pela distância da sede do concelho. Renovou a sua posição de que se deve ter uma zona industrial fixada somente numa zona para que haja melhores condições de acessibilidade e outras. Ainda sobre acessibilidades referiu serem estas de suma importância para que o concelho se possa desenvolver ao nível industrial e a outros níveis. Quanto à renovação do parque automóvel concorda com o mesmo por entender que ao se melhorar os equipamentos melhoram-se os trabalhos, entendendo que os equipamentos velhos devem ser objeto de abate no sentido de a sua reparação não se traduzir numa despesa para o município. Em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos da rede de iluminação pública referiu que deve ser feito um levantamento em todo o concelho porquanto existem zonas em que é visível o excesso de rede iluminação pública, tendo dado como exemplo na zona industrial de Vila Nova do Ceira, fazendo todo o sentido eliminar esse mesmo excesso de forma a que a despesa seja reduzida. Terminou, referindo tratar-se de um bom orçamento entendendo que o Executivo está empenhado para a realização de projetos pelo que de tudo deverá ser feito para que estes sejam concretizados em prol do nosso concelho.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que relativamente ao projeto da Requalificação do Jardim de Infância e E.B.1 de Vila Nova do Ceira foi lançado procedimento concursal. Em relação à beneficiação de arruamentos no concelho referiu que os que vêm elencados no documento são os que para os quais foi contratualizado o empréstimo o qual ainda não se encontra devidamente disponível porquanto o Tribunal de Contas questionou algumas situações cujas respostas já foram remetidas, pelo que assim que este se efetivar serão lançados os respetivos os procedimentos para que as obras se iniciem. Quanto à zona industrial referiu concordar que a mesma se fixe somente num local, porém, referiu que em relação a outros concelhos estamos um pouco menos aquém uma vez enquanto os outros estão a aumentá-las para captação de mais investimento nós ainda estamos na fase inicial, i.e., iniciar a nossa, fazendo toda a diferença, pelo que teremos que apostar nesta área. Em relação ao parque automóvel é intenção da Câmara Municipal a aquisição viaturas novas, sendo que no presente ano, era intenção a aquisição de uma viatura, porém, a empresa tem dificuldades no fornecimento da mesma, sendo óbvio que toda a maquinaria que já não se encontrar boa para trabalhar será abatida. Ainda sobre viatura referiu que o Município apresentou candidatura para duas viaturas elétricas a qual pressupõe o abate de veículos sem uso, os quais já se encontram devidamente identificados. No que concerne à iluminação pública referiu ter sido realizada reunião com a E-Redes, sendo que por iniciativa própria a empresa está a fazer a substituição de luminárias para lâmpadas led, tendo sido solicitado que nos identificassem fundamentalmente nos núcleos urbanos de maior dimensão as zonas onde não havia led's, no sentido de haver uma diminuição da despesa, tendo a empresa apresentado o valor para essa mesma substituição pelo que caberá decidir para onde o vamos direcionar sendo que a E-Redes por iniciativa própria está a fazer essa substituição. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

favor e três abstenções, dos elementos do Partido Socialista, aprovar os Documentos Previsionais/Ano 2022.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----7. MAPA DE PESSOAL/ANO 2022-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu o documento em apreço contempla a criação de sete novos postos de trabalho, 2 Técnicos Superior e os restantes são Assistentes Operacionais, questionando para que áreas serão direcionados os referidos postos de trabalho.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os postos de trabalho a criar foram postos que anteriormente vagaram, na sequência de aposentação, mobilidade para APIN e um outro que estava vago, pretendendo-se a criação de um lugar para Serralheiro. Em relação aos Técnicos Superiores incidem com situações de mobilidade, ou seja, uma TS Zootécnica que consolidou mobilidade na Lousã, e um a criar em Licenciatura em Solicitadoria, resultando a criação dos respetivos lugares das vagas de diversas situações.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal/Ano 2022.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----8. REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, não proceder a qualquer atualização ordinária da Tabela de Taxas Outras Receitas Municipais, anexa ao Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais para o ano de 2022.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----9. REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - TABELA DE TAXAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, não proceder a qualquer atualização ordinária da Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação, anexa ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação para o ano de 2022.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----10. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA) - ANO DE 2022-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:-----

-----1. Para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos:-----

-----a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;-

-----b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

-----3. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todos os compromissos plurianuais a assumir durante o ano de 2022, desde que respeitadas as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

condições constantes dos nºs1 e 2.-----

-----4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----11. TARIFA SOCIAL APLICÁVEL AOS UTILIZADORES DOMÉSTICOS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS - ANO 2022-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão ao tarifário social a aplicar aos utilizadores domésticos, que abrange os serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos urbanos.-----

-----Mais deliberou, por unanimidade, o alargamento do tarifário social aos bombeiros que integram os quadros de comando e do ativo do Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, em conformidade com o nº 4 do artigo 2º do Decreto-Lei nº147/2017, de 5 dezembro.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----12. FIXAÇÃO DAS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO/ANO 2022/PROPOSTA-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que o documento em apreço é bastante abrangente, realçando que no passado a Câmara Municipal fixava um valor para atribuir às Freguesias, não fazendo o documento menção a qualquer valor. É um facto que a realidade das freguesias varia entre todas, havendo necessidades próprias de cada um destes territórios. No que concerne à promoção de iniciativas por parte das freguesias, questionou até que ponto pode a Câmara Municipal colaborar na realização das mesmas, ou seja, caso a freguesia não reúna todos os meios capazes de realização de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma iniciativa se há possibilidade de o Município apoiar a mesma. Referiu ainda que ao nível da comunicação o Executivo da União de Freguesias tratará dos assuntos diretamente com a Câmara Municipal, apresentando em sede do órgão deliberativo apenas assuntos de âmbito geral. Referiu ainda, que pelas palavras do senhor Presidente da Freguesia de Vila Nova do Ceira, a Câmara Municipal cedeu dois Assistentes Operacionais para desenvolverem a suas funções ao serviço da referida freguesia, pelo que existindo dois funcionários da Câmara Municipal a residirem a União de Freguesias, questionou da possibilidade de um destes poder também ser deslocalizado para o exercício das suas funções na freguesia que preside. Terminou reiterando as suas palavras no que concerne aos apoios patentes no documento, questionando se serão somente estes que a Câmara Municipal disponibilizará ou se poderá também contar com um apoio ao nível monetário.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu em relação às iniciativas que venham a ser promovidas pela União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal o Município está sempre disponível para colaborar, dentro das nossas possibilidades, conforme já o fez com a Freguesia de Vila Nova do Ceira, por ser de interesse concelhio. Referiu que também está previsto a atribuição de um valor monetário para todas as Freguesias, dentro do valor que tem sido transferido. Porém, no âmbito das transferências de competências termos que perceber o que se poderá fazer e onde é que poderemos chegar aquando essa mesma transferência. Em relação à cedência de trabalhadores da autarquia referiu que os dois trabalhadores foram solicitados e havendo essa possibilidade foram os mesmos deslocalizados para a freguesia de Vila Nova do Ceira, sendo que os trabalhadores que o senhor Presidente da Freguesia mencionou terão, naturalmente, que ser objeto de análise para que se possa tomar uma decisão.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu tratar-se de um documento importante para as Freguesias, tendo apresentado um apontamento de que a nível de governo as freguesias são sempre e o “parente pobre” de todos os órgãos centrais e locais. Referiu que como é do conhecimento geral a Câmara Municipal há já vários anos que disponibilizou um Assistente Operacional para o exercício das suas funções ao serviço da Freguesia de Alvares sendo muito importante este recurso humano para os trabalhos afetos a esta freguesia. Referiu ser sua posição estar disponível para colaborar com a Câmara Municipal por ter conhecimento o que representa em termos de despesas para a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal a deslocação e meios para a Freguesia de Alvares. Quanto às palavras proferidas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal em que pretende continuar a atribuir um valor semelhante ao valor até então cedido nos anteriores mandatos, referiu ser dramático, por ser insuficiente, esperando que o valor seja repensado por forma a que se possa concretizar obra. Apelou para que haja um salto qualitativo na parceria das Freguesias com a Câmara Municipal, devendo ser exigido pelo Município o cumprimento das ações assumidas por parte das Autarquias no âmbito dos apoios cedidos. Pelo que desejava saber em termos gerias ou de política de proximidade o que é que os Executivos poderão esperar por parte da Câmara Municipal por ser uma expectativa muito grande a postura do Executivo municipal em relação às Freguesias. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente às palavras do senhor Presidente da Freguesia de Alvares quando mencionou como que pode contar do Município efetivamente já sabe a resposta, porquanto na sequência de alguns pedidos os mesmos foram acedidos, podendo, naturalmente existir um ou outro que ainda não foi satisfeito por causa da sua complexidade. Referiu que ao nível de disponibilidade monetária não pode dizer que atribuirá um valor significativo por não haver essa mesma possibilidade, porém, dentro daquela que for a possibilidade do Município estamos abertos ao diálogo e arranjar as melhores vias de entendimento para tentar resolver as necessidades das Freguesias. -----

-----Dada a palavra, o senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que na sequência das palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a transferência de valores monetários, referiu que presentemente, não pode acontecer o que aconteceu no Mandato 2013/17, entendendo que o Executivo atual jamais faria uma coisa semelhante, ou seja, no período de gestão nesse mandato foi atribuído o valor de cinco mil euros. Ainda sobre esta transferência no dia 01.04.2014, na sala da Presidência da Câmara Municipal, às 21.30 horas, na presença da sua pessoa, enquanto Presidente de Junta, o Secretário e o Tesoureiro, e o senhor Presidente da Assembleia Freguesia, a Presidente da Câmara Municipal prometeu atribuir o valor de vinte e cinco mil euros a uma junta de freguesia extinta, face à necessidade pela qual a freguesia estava a passar, não tendo esta Freguesia recebido qualquer valor do montante prometido. Face ao exposto, mencionou que o atual Executivo honraria esse compromisso porquanto todos já percebemos que estamos no exercício das nossas funções de boa fé,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelo que está convicto que a freguesia e a Câmara Municipal irão ter relações de trabalho mutuo pelo que teremos que estar confiantes para que conseguirmos levar o barco a bom porto.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que durante cerca 40 anos trabalhou no Estado tendo aprendido que o Estado é pessoa de bem, e com pessoa de bem deve honrar os seus compromissos sendo essa a linha de conduta que terá por não saber estar de outra maneira.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de fixação das formas de apoio às freguesias para o ano de 2022.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----13. LCPA/AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/RATIFICAÇÃO-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e três de novembro de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação da reprogramação plurianual presente na sessão.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----14. LCPA/AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----15. RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que, a todos os membros tinha sido enviada informação sobre este ponto, assim, estava à disposição para quaisquer esclarecimentos que tivessem por convenientes. -----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves questionou se após intervenção no açude do Cerejal ficará uma zona para banhos, bem como se a ilha será efetivamente retirada. Referiu destacar a forma como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decorreram os trabalhos na presente sessão, bem como a posição tomada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal nas respostas às questões apresentadas, a par com a forma com que todos os elementos do órgão deliberativo estiveram na discussão dos assuntos da ordem do dia.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura felicitou o Executivo e os Técnicos que deram o seu contributo na elaboração do documento em análise. De igual modo endereçou felicitações ao Município pela promoção das atividades levadas ao longo do mês em curso, tendo a sua pessoa participado na sua grande maioria, apelidando as mesmas de sucesso tendo estas ajudado a captar visitantes ao nosso concelho. Dirigiu os parabéns à Cooperativa Agrícola do Concelho de Góis-Vale do Ceira por mais uma edição da Varzeartes, bem como ao Gois Moto Clube pelo Pai Natal Motard que num só dia contempla todas as crianças do concelho com um presente de Natal.-----

-----Sobre o documento em análise fez referência à decisão do tribunal, em primeira instância, respeitante à ação administrativa relativa ao incumprimento por parte do Município de Pampilhosa da Serra do Protocolo de Divisão de Energia Eólica Produzida nos limites dos concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra sendo o parecer favorável ao Município de Góis. Seguidamente, elogiou a forma cordial como decorreram os trabalhos, fazendo alusão a que os assuntos debatidos e aprovados são de suma importância para o concelho. Terminou, dirigindo votos de um Feliz Natal e um Bom Ano Novo a todos os presentes. -----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que da análise feita ao documento pôde constatar uma situação que, na sua ótica, poderá ser uma incoerência, a qual incide sobre a obra do caminho municipal nº 1382 à entrada da aldeia do Corterredor, sendo que na pág. 5, está como já tenha sido efetivado o contrato com a empresa José Alvoeiro – Construção Civil Unipessoal, Lda, tendo sido atribuído o nº 29/2021. No entanto, referiu que na pág. 14 encontra-se mencionado dos Estudos e projetos em fase de contratualização. Referiu ser do seu conhecimento que a obra se encontra realizada pensando que a menção a esta obra se trata de uma pequena incoerência. Uma outra situação que verificou no documento é que foram realizados três Ateliers, nas freguesias de Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira, não tendo sido realizado nenhum na União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal questionado o porquê de não ter sido realizado nesta freguesia.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que na sequência da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção do senhor Nuno Miguel Almeida Alves sobre a obra do açude de Santo António a qual presentemente se encontra parada, por força de uma intempérie, bem como por uma situação que está relacionada com a estabilização da margem e de algumas divergências existentes com o proprietário de um dos terrenos, as quais já se encontram quase sanadas. Referiu que em sede da CIM RC, no dia 24.11.21, foi confrontado como reinício das obras, tendo a sua pessoa referido que a obra ainda não teria sido reiniciada, tendo a CIM RC ficado de questionar o empreiteiro, não tendo até à data lhe sido comunicado qualquer informação nesta matéria. Em relação à ilha ali existente, referiu que a mesma a ficar será de uma dimensão mais pequena porquanto se trata de uma zona de banhos, mas, estaremos atentos e vamos acompanhar os trabalhos, acreditando que ficará uma obra em condições e, que naturalmente fique uma zona propícia a banhos como tem sido prática.-----

-----Relativamente à questão levantada pela senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que tem a ver com o capítulo onde é feita menção à mesma, ou seja, apesar de se tratar de um relatório, o mesmo tem um limite temporal e em ambos os capítulos constam a referida obra. Em relação à não realização de um atelier na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal certamente é porque não foi possível nesta fase não se tratando de uma questão de discriminação, ficando a promessa de que numa próxima oportunidade a União de Freguesias será contemplada. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----APROVAÇÕES EM MINUTA: -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos de um a seis da Ordem do Dia. -----

-----O senhor Presidente informou que a senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, solicitou, na qualidade de munícipe, o uso da palavra no ponto destinado ao Público tendo a Mesa da Assembleia Municipal acedido ao seu pedido, em virtude de o Regimento da Assembleia Municipal ser omissivo em relação a esta questão.-----

-----PÚBLICO:-----

-----a) Usou da palavra o senhor João Reis Antão, residente na freguesia de Alvares, referindo que em termos de estratégia para o concelho ter ficado satisfeito por ter-se falado neste órgão em política de habitação, sendo um tema que vem debatendo em sessão do órgão deliberativo desde 2002.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu que nas cidades existe habitação social não percebendo o porquê de no nosso concelho não existir tratando-se efetivamente de estratégia. Muitas das vezes quando falava em política de habitação obteve como resposta que se tratava de uma questão suportada pelos privados, o que efetivamente não percebe porquanto muitos desejam adquirir habitação no concelho e não há, revelando esta não existência a falta de política de habitação. Ainda sobre esta questão ficou satisfeito por este tema estar a ser devidamente tratado pelo atual Executivo. Relativamente à questão da revisão do PDM, é do conhecimento de todos que o PDM em vigor tem bloqueado uma série de situações sendo de todo importante que a Equipa que acompanha este processo verificar todas essas situações. Sobre acessibilidades fez alusão ligação entre a EN2 à Relva da Mó, a qual tem muitas curvas tendo sido contactados, em tempos, os proprietários para doarem os seus terrenos de modo a fossem tiradas algumas curvas neste trajeto e de modo a ficar mais larga, sendo uma necessidade premente e uma estratégia de modo a que possamos desenvolver aquela bacia que do ponto de vista turístico é fantástica. Por último, fez alusão à estrada de Camelinho, uma das ruas com mais população na freguesia de Alvares, havendo necessidade de rede de saneamento básico, solicitando que se faça um projeto para os cabos elétricos e telefónicos ali existentes, sendo importantíssimo, em termos de estratégia, para que os residentes possam ter conhecimento do que é que podem contar a curto e médio prazo em termos de investimento nesta matéria. No que concerne à circular externa referiu ter sido essencial os incêndios do ano de 2017, sendo importante que esta via seja concluída a médio prazo, sendo que quanto à questão dos proprietários dos terrenos daquilo que tem conhecimento os proprietários na sua grande maioria estão a aderir.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que relativamente ao PDM a revisão do documento está em fase final sendo que quanto à estratégia local de habitação o estudo ainda se encontra em fase inicial. Referiu que em relação às estradas efetivamente a circular externa é uma das que desejamos intervir durante o mandato em curso. Quanto ao saneamento na zona do Camelinho referiu que se trata de uma situação que esse encontra sinalizada, reiterando as suas palavras que caso haja a possibilidade de intervenção via APIN, que não esteja associada a fundos comunitários, porquanto até 2023 têm de ser concluídos os projetos em curso, e dificilmente se iniciarão outros. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----b) Usou da palavra o senhor José Henriques Antunes, residente na freguesia de Vila Nova do Ceira, referindo que na localidade de Sacões a Câmara Municipal iniciou a colocação na rua principal dos números de policia, porém, o trabalho não se encontra terminado questionando o porquê de ainda não se encontrar concluído.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que efetivamente o trabalho ainda não se encontra concluído por falta de material para o efeito, porém, no dia de hoje, assinou o procedimento para a aquisição do restante material, pelo que assim que sejam adquiridas as respetivas placas os trabalhos serão devidamente concluídos.-----

-----c) Usou da palavra a senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, residente em Esporão, expondo uma situação pessoal relativa o um processo de obras particulares, o qual pela morosidade no desenvolvimento deste, fez com que tivesse perdido a oportunidade de venda da habitação. Referiu que, por várias vezes, se dirigiu à Câmara Municipal para saber o ponto de situação em que se encontrava o referido processo, porquanto teria apresentado requerimento para isenção de licença de utilização, tendo para o efeito exposto todos os pormenores relativamente a este processo, nomeadamente no que concerne ao tempo em que o documento teve para despacho superior, segundo informação prestada pelo Técnico, o que de facto não correspondia à verdade, tendo para o efeito apresentado os devidos esclarecimentos. Referiu que o Técnico que acompanhou todo este processo na sua posição não merece o lugar que ocupa na Câmara Municipal pelo simples facto de não ser uma pessoa correta no exercício das suas funções. Mais referiu que o senhor Presidente quando o documento foi remetido para despacho foi o mesmo objeto desse despacho em tempo útil, pelo que se prevaleceu da oportunidade para agradecer a imparcialidade que teve no tratamento do assunto pelo facto de a sua pessoa ser da oposição. Concluiu a sua intervenção referindo que pela morosidade de todo o processo este teve como enlace, infelizmente, a não venda do imóvel, devido ao não empenho do Técnico responsável.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que toda e qualquer atuação e comportamento dos trabalhadores do Município que extravase a normalidade, obviamente que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

condena, pelo que fará com que esses mesmos comportamentos deixem de existir, em virtude da existência de normas de conduta e de atuação que qualquer trabalhador público está vinculado sendo que deve proceder dessa forma. Referiu que quando o documento foi remetido para despacho superior no imediato foram tomados os devidos procedimentos para ser do conhecimento do requerente. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou os trabalhos dirigindo votos de um Feliz Natal e um Excelente Ano Novo, agradecendo a presença do Executivo e dos elementos da Assembleia Municipal e a forma como decorreram os trabalhos.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e duas horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pelo senhor Presidente e pelas Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Manuel Enésio de Almeida Gama)

A Primeira Secretária

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

A Segunda Secretária

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)